

Portugal e a União Europeia



Luís Montenegro

PRIMEIRO-MINISTRO DA
REPÚBLICA PORTUGUESA

Intervenção do Primeiro-Ministro no IEP, a convite de José Manuel Durão Barroso, a 16 de Setembro de 2025.

Queria saudar todos os presentes e, parafraseando a Magnífica Reitora, começando pelos alunos, que são de facto o mais importante, mas cumprimentá-la também e em si todo o corpo diretivo da Universidade Católica Portuguesa. Queria também saudar a Senhora Diretora do Instituto de Estudos Políticos, o Senhor Diretor do Centro de Estudos Europeus, o Senhor Comissário para as comemorações do 40º aniversário da adesão de Portugal às comunidades europeias, que creio que se encontrará por aí, todos os professores e todo

o corpo docente desta Casa e, de uma forma particular e especial também, agradecer o convite do Doutor José Manuel Durão Barroso para poder partilhar convosco algumas reflexões sobre Portugal, sobre a Europa e para poder de alguma maneira, embora sempre humilde, contribuir para que possam afirmar o vosso pensamento e alargar e aprofundar o vosso conhecimento para serem os artífices da construção de um Portugal mais próspero, de um Portugal mais desenvolvido, num contexto de integração na Europa e no mundo.

Quero, de resto, dizer-vos que a circunstância de estar aqui hoje, tendo-me sido lançado o desafio de vos deixar algumas palavras sobre a atual situação de Portugal e de Europa, se dá num contexto onde celebramos os 40 anos da nossa adesão, que se materializou formalmente no dia 1 de janeiro de 1986. Os 40 anos da adesão em termos da sua materialidade serão celebrados no dia 1 de janeiro de 2026, mas o Tratado de Adesão foi assinado no dia 12 de junho de 1985 e, portanto, é também nesse contexto que nós vimos evocando essa decisão, esse percurso que teve várias contribuições no contexto político, académico, cívico, mas a circunstância de estar aqui o Dr. José Manuel Durão Barroso é, talvez, uma das formas mais felizes que eu posso encontrar de personifi-



car precisamente esse caminho, quer por aquilo que ele acrescentou no percurso que nos conduziu à concretização da adesão, depois da adaptação, nos primeiros anos, onde estava a exercer funções governativas, primeiro como secretário de Estado, depois como ministro, mais tarde no exercício das funções de primeiro-ministro e, depois, no desempenho inigualável, do ponto de vista de cidadãos portugueses, de ter conduzido e presidido a Comissão Europeia durante 10 anos, que é, de facto, uma coisa que, às vezes, nós não destacamos em Portugal, mas que é motivo de grande orgulho e eu quero aqui reiterar o meu agradecimento pelo convite, mas também destacar esta circunstância que me parece muito relevante do ponto de vista do contributo que nós damos e continuamos a dar ao processo de construção europeia. Depois, dizer-vos que, 40 anos envolvidos, nós teremos muitas reflexões a fazer, muitas avaliações, mas eu presumo e pressuponho que aquilo que tem mais interesse é nós podermos projetar o trabalho que temos pela frente para os próximos tempos, para os próximos anos, aquilo que pode sair da nossa intervenção, em termos de facilitar a procura de um espaço mais competitivo, de um espaço mais interligado, de um espaço que possa gerar mais oportunidades para todos os que vivem, trabalham, estudam na União Europeia. Dá-se-me outra circunstância, que é eu estar a fazer esta conversa convosco, uns dias, poucos, depois de ter andado por outras paragens, como nós dizemos em Portugal, do outro lado do mundo, e ter percebido que, seja na China, seja em

Macau, que é uma região administrativa especial, seja depois no Japão, a cotação de Portugal estar muito elevada.

Isto é importante para algumas das coisas que eu vos quero transmitir, porque, no contexto dos desafios que temos pela frente, é muito importante aquilo que também se observa de fora daquilo que é o nosso país. E eu já vos falo do contexto em que a Europa olha para Portugal, conta com Portugal, mas tenho o grato, o prazer de vos dizer, que na China, no Japão, a expectativa sobre Portugal é alta. A credibilidade de Portugal é elevada.

A aposta em Portugal como destino de investimento, a aposta em Portugal como país portador de uma capacidade de intervenção no contexto internacional, é grande para poder alavancar maior desenvolvimento económico e social, mas também para poder contribuir para que se alcance mais paz, mais igualdade, mais respeito pelos direitos humanos à escala global.

perspectiva e também de prospecção sobre aquilo que podemos hoje contar, do ponto de vista português, do ponto de vista europeu, para o desenvolvimento económico. Nós temos muitos desafios na Europa, do ponto de vista político, temos muitos desafios no mundo, do ponto de vista dos vários equilíbrios que é necessário obter, mas há uma coisa que, para mim, é indiscutível, nós só conseguiremos ser socialmente impactantes na vida das pessoas e só conseguiremos ter a força suficiente para poder projetar os nossos valores, o valor da paz, o valor do respeito pelos direitos das pessoas, pela dignidade das pessoas, se tivermos uma economia com pujança suficiente para criar a riqueza que nos permite ter os instrumentos que fazem vencer a possibilidade destes valores serem proponentes. Se virem bem, sem desenvolvimento económico, todo o resto fica prejudicado.

Eu não estou a dizer que o desenvolvimento económico é mais importante que o resto, mas é um pressuposto para que a dignidade das pessoas, para que a felicidade de cada ser humano naquilo que diz respeito à obtenção dos meios para poder atingir o seu objectivo na vida, poder prosseguir os seus projetos e os seus sonhos, sem o crescimento económico, sem a criação de riqueza, isso fica altamente prejudicado. E a Europa encontra-se numa altura, num momento, onde tem tido dificuldades acrescidas de firmar um desenvolvimento económico pujante, contínuo, duradouro e, por via disso, também tem perdido importância política. A Europa, enquanto bloco político cuja relevância é expectável seja alta no contexto internacional, terá, como tem tido, menos capacidade quanto a sua economia for definhando face àqueles que são, ou face àqueles que são as performance dos outros blocos comerciais, dos outros blocos económicos.

E é por isso que, nos últimos tempos, dentro do contexto da política europeia, o tema da competitividade económica tem estado tão em cima da mesa, porque os governos, as instituições europeias acabaram por concluir que este fator estava a ser determinante.

Estava a ser determinante desse ponto de vista, da relevância internacional, da relevância global, e também determinante para a qualidade de vida dos próprios europeus. Para garantir o bem-estar, para garantir as oportunidades, olhando, aliás, para uma plateia tão jovem, para garantir que este talento é aproveitado para exponenciar o nosso território, o nosso tecido socioeconómico, e não esbanjado para ir atrás de projetos mais aliciantes noutros blocos comerciais e políticos.

O problema que Portugal tem com a Europa é o problema que a Europa tem com o mundo. Nós não queremos perder os nossos mais novos, queremos que eles nos ajudem a construir um país mais próspero, da mesma maneira que a Europa tem de contar com a sua juventude, com a sua dinâmica económica, para não perder o seu talento para outras áreas geográficas onde esse talento tenha um aproveitamento diferente, capaz de dar um retorno, nomeadamente ao trabalho, àqueles que para lá se dirigem. Faz precisamente hoje um ano, talvez não tivéssemos pensado nisso quando agendámos esta conversa, mas faz precisamente hoje um ano que Mário Draghi apresentou às instituições europeias a sua avaliação, o seu relatório, que visa, sobretudo, dar à União Europeia um impulso de modernização, de adaptação àquilo que são os desafios do presente, para podermos ombriar com todos aqueles que no contexto internacional se encontram connosco.

E para podermos atingir alguns objetivos que são essenciais e são determinantes como pressuposto para podermos abraçar com esperança e confiança os próximos anos. Em primeiro lugar, reduzir o diferencial em termos de inovação, em termos de capacidade de investigação científica para estar na linha da frente, face nomeadamente aos Estados Unidos e à China. E esse é um desafio que a Europa tem e que não tem cumprido, temos de ser aqui muito diretos.

Nós estamos a fazer mais de-
vagar, sem a mesma capacidade em termos de obtenção de resultado, no domínio da inovação, no domínio da tecnologia, do que aquilo que fazemos

os Estados Unidos e a China. Exemplo paradigmático disto é a inteligência artificial.

Uma realidade, apesar de ser artificial, uma realidade que é absolutamente determinante para a competitividade de uma economia neste momento, e em que o investimento e o retorno desse investimento é completamente disparo entre a Europa e aquilo que nós estamos a fazer à nossa escala e aquilo que fazem os Estados Unidos e a China.

E Mario Draghi aponta esta debilidade, instando as instituições europeias e os governos a poderem alterar este estado de coisas. Em segundo lugar, no desafio que também nos coloca, de olhar para a descarbonização da economia, para a questão da sustentabilidade, enquanto um caminho a aproveitar para o reforço da competitividade, e não um caminho onde, quicá muitas vezes com alguns excessos, nós nos auto-limitamos a nós próprios e acabamos por consagrar no contexto internacional uma disparidade de regras que acaba por penalizar os agentes económicos que operam na Europa face àqueles que operam noutros blocos comerciais. E aqui há uma circunstância à qual eu tenho dado muita atenção, que esta escola também acompanha e desenvolve em termos de pensamento, que é a questão do excesso de regulamentação, que é a questão do excesso de burocracia.

Ora, nós não podemos querer ter as mesmas oportunidades do que os outros, as mesmas condições de colocar as nossas empresas no contexto internacional a ganhar cotas de mercado, se o nível de exigência, por fatores que não são exclusivamente produtivos, é de tal maneira que nos autopenaliza a nós próprios.

O MODELO DE GOVERNAÇÃO DA EUROPA TAMBÉM PRECISA DE SER REVISITADO, E ALGUNS DESSES MECANISMOS, PORVENTURA, APROVEITADOS, PARA QUE AS DECISÕES SEJAM MAIS RÁPIDAS

É, de facto, um caminho que urge-se interromper, modificar e enfrentar. Por isso, nós ao nível do governo português, por isso eu dizia também, viemos recrutar alguém aqui a este espaço para poder funcionar como um ministro adjunto do primeiro-ministro, portanto com a força política de estar na dependência direta do gabinete do primeiro-ministro, para reformar o Estado, para simplificar os procedimentos, para diminuir o excesso de regulamentação, que é penalizador da atividade económica e do dinamismo da nossa sociedade.

E o mesmo desafio se coloca à escala europeia. Eu lamento dizer isto, mas a verdade é que a União Europeia teve excessos, excessos de regulamentação, excessos de regras, complexidade de regras, e não sei bem explicar porque eu tenho a minha tese, mas Portugal fez sempre ainda mais do que aquilo que já era muito complexo na União Europeia. Sempre que um regulamento ou uma diretiva chegam ao ordenamento jurídico português, acabam por ter um desenvolvimento nos nossos instrumentos jurídicos que é ainda mais complexo, normalmente é o dobro, se uma coisa é complexa a 10, nós tornamos-la complexa a 20.

Tornamos ainda mais complicado o emarinhado de regras nas quais as pessoas, os cidadãos e os agentes económicos têm de se movimentar. E depois uma terceira dimensão em termos da necessidade de sermos mais autónomos, menos dependentes, termos uma interligação maior em aspectos que são cruciais do desenvolvimento e também da aparição num contexto internacional como um bloco potente, posante, dinâmico. Refiro-me ao caso da segurança e defesa, que é neste momento largamente proeminente ao nível da discussão à escala europeia, mas também a outros fatores como, por exemplo, a energia.

O que acontece ao nível energético na Europa é um exemplo da incapacidade que a Europa teve de se tornar mais resiliente, de se tornar mais capaz de poder, de uma forma sustentada e autónoma, combriar com os outros blocos políticos e comerciais. Nós, por exemplo, em Portugal, estamos há 15 anos atrás, há espera de concretizar as interligações energéticas entre a Península Ibérica e o centro da Europa para podermos ou exportar energia, aquela que nós aqui produzimos normalmente, largamente maioritária de fonte renovável, mas ao mesmo tempo também para poder, eventualmente, importar energia a um preço que coloque a nossa economia em situação de competitividade mais favorável do que aquela que tem hoje. E o mesmo se fica relativamente a todos os países do centro da Europa que são interessados diretos nestas interconexões.

Ora, a incapacidade da Europa produzir a execução das decisões que toma, e esta foi uma decisão que tomou o Governo de Portugal, o Governo de Espanha, a Comissão Europeia, ainda estava o Dr. Durão Barroso à frente da Comissão Europeia, vejam há quanto tempo é que isso sucedeu, e nós não fomos capazes de executar. Mas este não é o único projeto de interligação que está por fazer na Europa, há mais projetos noutros países que estão igualmente por realizar. As decisões na Europa demoram um tempo demais a concretizar-se.

O modelo de governação da Europa também precisa de ser revisitado, e alguns desses mecanismos, porventura, aproveitados, para que as decisões sejam mais rápidas. É claro que é difícil, com 27 Estados soberanos, construir uma decisão que possa agradar a todos, que possa ser algo de um consenso, muitas vezes com intervenção direta das opiniões públicas dos Estados-membros, dos órgãos de soberania, inclusivamente dos Estados-membros, quando do outro lado estão regimes políticos onde a decisão é muito mais direta, é muito mais imediata, muito menos dependente desse contexto. Mas se nós sabemos que temos isso para vencer, temos de fazer o queixo sumo daquilo que temos pela frente, temos de fazer as ações que são determinantes para ultrapassar essa dificuldade.

E nesse plano eu quero transmitir-vos que a minha opinião é que nós ainda não conseguimos fazer. A Europa não está a conseguir ter a velocidade de decidir e, sobretudo, de executar as decisões que é necessária para nós podermos ser bem-sucedidos neste plano da competitividade económica e até na resposta àquilo que foram as conclusões que Mário Draghi nos apresen-

tou precisamente há um ano atrás. Depois também queria partilhar convosco que ao olhar para estes desafios na escala europeia nós também não podemos deixar de olhar para aquilo que é a nossa situação.

Eu sei que o vosso contexto de apreciação é global, mas creio que é importante partilhar aqui convosco a nossa visão e a minha particularmente, daquilo que nós podemos fazer nas atuais circunstâncias. Nós somos um Estado membro ativo e proactivo na União Europeia, temos a nossa responsabilidade na estratégia coletiva, no processo de decisão, mas também temos uma responsabilidade perante a nossa população, perante a nossa responsabilidade direta, que é governar o país. Ora, desse ponto de vista parece um bocadinho paradoxal, mas apesar de todos os constrangimentos de que falei, apesar de outros que crescem, nomeadamente, a instabilidade proveniente do facto de estarmos com guerras à porta da Europa, com uma guerra na Europa, a guerra da Ucrânia, com instabilidade e guerra no Médio Oriente, com outros focos de instabilidade que também impactam na nossa dinâmica económica, a circunstância de a maior economia da Europa estar a viver tempos de estagnação, a segunda maior economia da Europa estar com uma debilidade financeira que não é habitual, apesar de tudo isto, eu sei que é um pouco paradoxal, mas em Portugal há um contexto de oportunidade, há um contexto de credibilidade que nós não podemos desperdiçar.

Eu lanço à vossa reflexão o seguinte, em Portugal, neste momento, nós temos uma economia que cresce mais do que a média da Europa, em Portugal, hoje, eu sei que é um bocadinho

difícil, os mais novos, no entanto, não passaram com tanta intensidade pelas agruras desse período, mas há 15 anos atrás, em Portugal, fruto de uma crise financeira, foi necessário pedir muitos sacrifícios às pessoas, houve muitas restrições, houve pessoas que deveram seus salários cortados, houve pensionistas que deveram o seu rendimento diminuído, houve muitas pessoas foram lançadas no desemprego, nós chegámos a ter 17,7% de taxa de desemprego, hoje é levando aos 6%, vejam a diferença. Nós pagávamos pelo crédito que obtínhamos, no contexto internacional, o dobro, o triplo, em algumas circunstâncias quase o quadro daquilo que hoje é a média daquilo que pagámos para nos financiar, e isso quer dizer que quanto mais necessidades havia, e havia muitas de financiamento, mais dependência nós estávamos a criar para quem viesse a seguir, que tinha de pagar esse financiamento, tinha de pagar com juros muito altos. Parece difícil de olhar para isso hoje, quando nós somos a escala europeia dos países que têm a melhor performance do ponto de vista financeiro, com superávites sucessivos, com crescimento acima da média, crescimento da economia, superávites sucessivos das contas públicas, estamos a baixar os impostos sobre o rendimento do trabalho, estamos a baixar os impostos sobre as empresas para potenciar mais produtividade e mais investimento, não deixamos de valorizar os rendimentos, aumentando o salário mínimo nacional, aumentando os salários médios, aumentando o rendimento dos pensionistas e chegando ao fim com as contas equilibradas.

Isto só é possível com dinamismo económico. Mas a situação em que nós nos encontramos hoje tem muito pouco paralelo na Europa. Há dois, três países com uma situação parecida com a nossa.

Melhor, duvido que haja alguém. Isto deve estimular a nossa academia, deve estimular os nossos agentes económicos, deve estimular os nossos agentes políticos, deve estimular todos os nossos agentes sociais para aproveitarmos a oportunidade. Neste contexto, apesar das dificuldades, nós somos um destino importante para o investimento, nós somos um destino seguro, e aqui o seguro tem dois caminhos, o caminho do seguro financeiro e o caminho da segurança propriamente dita.

A segurança que nós podemos garantir nas ruas, a tranquilidade pública, o respeito pelos direitos uns dos outros, tem também um desempenho aqui que é muito melhor do que é em várias outras geografias, e não estamos perto de nenhum epicentro de conflito armado. Temos, portanto, todas as condições a que se juntam uma juventude altamente qualificada, a que se junta uma propensão para sermos liderantes, para estarmos na vanguarda das novas tecnologias, a que se juntam ecossistemas, como agora se diz do ponto de vista económico, favoráveis a data centers, a investimentos tecnológicos de ponta, a inteligência artificial, a que se junta um tecido empresarial e industrial, ainda com capacidade para receber novas tarefas, novos empreendimentos, com o regime fiscal que é manter os jovens aqui. O nosso regime fiscal para os jovens, para vocês, quando saírem daqui da faculdade e começarem a trabalhar, não tem paralelo nenhum.

Na Europa, eu diria mesmo, nem no mundo. Não há nenhum país do mundo que ofereça simultaneamente 100% de desconto no pagamento de impostos sobre o rendimento do trabalho no primeiro ano de idade ativa de um jovem que iniciou a sua carreira profissional. 75% de desconto no segundo, no terceiro e no quarto ano de idade ativa.

50% de desconto no quinto, no sexto e no sétimo ano de idade ativa. E 25% de desconto no oitavo e no nono ano de idade ativa. Nós estamos a dar previsibilidade aos jovens até aos 35 anos para saberem o que é que podem contar nos seus 10 primeiros anos de trabalho.

E sabendo que o acesso à habitação é fundamental para depois projetar todos os projetos que se tenham em carteira, também criámos uma isenção para o pagamento do Imposto Municipal de Transações Honorosas, Imposto de Selo, na compra da primeira habitação. Nós estamos a fazer isto, desculpem-me assim falar de uma maneira mais clara, não é para vos fazer favor nenhum.

Embora isto seja altamente favorável.

Nós estamos a fazer isto porque é uma aposta estratégica no desenvolvimento de Portugal. É uma aposta estratégica para não desperdiçarmos o vosso conhecimento, a vossa capacidade de trabalho, a vossa ambição, a vossa capacidade de se estruturarem enquanto empresas, enquanto instituições, para poderem tornar o país mais competitivo, mais produtivo, mais rico para poder ser mais justo. É aquilo que a Europa quer fazer como um todo.

Mas nós temos uma parte quando temos uma responsabilidade maior, que é parte de Portugal. Nós somos parte do projeto europeu e como parte do projeto europeu nós intervimos naquilo que diz respeito a todos, mas temos um grau de intervenção mais direto naquilo que nos diz respeito a nós mais diretamente. E eu termino para podermos ter aqui algum diálogo, dizendo-vos que este princípio é um princípio que quer, olha, promove um alinhamento de conquista de cota de mercado. NC

Transcrição da intervenção do Primeiro-Ministro Luís Montenegro no dia 16 de setembro de 2025.